

Estética das identidades: sobre a política em torno das representações no digital

Tarcisio Torres Silva¹

<https://orcid.org/0000-0001-9347-7585>

I - Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
Campinas (SP). Brasil.

Resumo: Este texto tem como intuito compreender as políticas de identidade brasileiras que emergem de um incessante jogo midiático, em que causas sociopolíticas são fundidas com opções estéticas oferecidas por rostos falantes de influenciadores e elementos de *design* em plataformas de mídias sociais. Com isso, a política se funde com a estética, transformando a maneira como se orienta a formação cidadã, principalmente entre jovens e adolescentes. Partindo de discussões clássicas em torno das identidades e da estética entendida como potencial político, observaremos como esses fenômenos aparecem no digital. Para tanto, utilizamos como estudo de caso dois exemplos relacionados à comunidade LGBTQIA+ no Brasil: Rita Von Hunty e Erika Hilton. Como resultado, observamos que a estetização das identidades, apesar de constituir um fenômeno contemporâneo próprio da visualidade dos ambientes digitais analisados, pode também reivindicar espaços de poder em que a imagem tem papel significativo.

Palavras-Chave: estética; mídias sociais; políticas de identidade; LGBTQIA+.

Abstract: Aesthetics of identities: on the politics around representations in the digital age - This paper aims to understand the politics of Brazilian identity that emerge from an incessant playing on the media , in which socio-political causes are fused with aesthetic options offered by the talking faces of influencers and design elements on social media platforms .In this sense, politics merges with aesthetics, transforming the way citizenship education is guided, especially among young people and adolescents. Starting from classic

discussions about identities and aesthetics understood as political potential, we will observe how these phenomena appear the digital world. To do so, we use as a case study, two examples related to the LGBTQIA+ Community in Brazil: Rita Von Hunty and Erika Hilton. As a result, we observed that the aestheticization of identities, despite being a contemporary phenomenon typical of the visuality of the analyzed digital environments, can also claim spaces of power in which the image plays a significant role.

Keywords: aesthetics; social media; identity politics; LGBTQIA+.

Introdução

Compreender as maneiras pelas quais se constroem identidades políticas no mundo contemporâneo é uma tarefa complexa, pois envolve inúmeras articulações feitas pelos sujeitos em seu cotidiano. Entre elas está o consumo de mídia voltado para conteúdos sobre pautas identitárias, com a abordagem de discussões em torno de raça, gênero, classe, orientação sexual, religião, nacionalidade, etc.

Neste trabalho, o interesse pela identidade está nas transformações políticas provocadas pela influência do digital. A crise identitária, já apontada por Stuart Hall (2006), é fruto do enfraquecimento de velhas estruturas ligadas à organização políticas de massa. Um fenômeno resultante do capitalismo liberal que, na dinâmica de suas transformações, faz crescer a sensação de insegurança nos sujeitos. Como as antigas metanarrativas não mais ofereciam uma razão abrangente para se entender no mundo, as *políticas de identidade* surgiram como uma alternativa a partir dos anos 1960.

Para Lipovetsky e Serroy (2011, p. 37), o capitalismo desestabiliza não só a economia, mas também “as personalidades e as identidades, desequilibra a vida mental e moral dos indivíduos tornados inseguros e que já não dispõem do apoio aos antigos quadros de vida coletiva”. Ainda para os mesmos autores, a cultura-mundo está cada vez mais alinhada aos ímpetos do mercado global, tornando-se ela mesma um elemento do capitalismo de consumo individual. Como efeito, a cultura se adapta a demandas de ordem global, ao mesmo tempo que se acomoda às culturas locais. Fator este que sofre influência do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e o acesso a elas.

Em consonância com o pensamento de Byung-Chul Han (2018), acreditamos que há em vigor uma transformação na ordem política que torna o debate

muito mais centrado no indivíduo do que na questão pública em si. Para o autor, o *homo electronicus* de Marshall McLuhan se transforma em *homo digitalis*. Se lá, a identidade privada era dissolvida psiquicamente (tendo em mente o fenômeno da comunicação de massas), no digital essa identidade permanece, pois o que está em evidência é a atenção para si e o desaparecimento dos locais públicos de ação política. Com isso, a ação engajada provocada pelo digital é mais efêmera, sem o desenvolvimento de uma energia política de fato (HAN, 2018, p. 31).

O autor também lembra um certo otimismo que tomou conta do ambiente acadêmico quando diversos movimentos que tinham como base de organização as plataformas de redes sociais despontaram pelo mundo, entre eles a Primavera Árabe (2010-2011). Cita, por exemplo, o trabalho de Michael Hardt e Antonio Negri (2005) e o termo *multidão* utilizado pelos autores. Han aponta que o erro desses autores estava em pensar a multidão com base numa prerrogativa marxista que leva em consideração a luta de classes. A multidão se moveria, portanto, contra as opressões do capitalismo, utilizando as ferramentas de comunicação digital para manifestações de insurgência e liberdade. Porém, Han lembra o caráter individualista do neoliberalismo, em que o sujeito, patrão de si mesmo, pratica a autocobrança para o desempenho, sem haver obrigatoriamente a existência de um outro opressor. Em outras palavras, o capitalista dono dos meios de produção. Com isso, a ideia de homogeneidade da multidão se perde, pois impera o ato individualista da ação. Para Han:

O sujeito econômico neoliberal não forma nenhum “Nós” capaz de um agir em conjunto. A egotização crescente e a atomização da sociedade leva a que os espaços para o agir em conjunto encolham radicalmente e impede, assim, a formação de um contrapoder que pudesse efetivamente colocar em questão a ordem capitalista (HAN, 2018, p. 33).

Mediante essa perspectiva proposta pelo autor, temos, por outro lado, diversos trabalhos que apontam a influência da internet para gerar interesse e engajamento políticos. As análises variam entre proposições positivas e outras mais pessimistas. Observamos estudos que demonstram os usos da tecnologia como ferramenta de apoio às articulações políticas, produzindo fenômenos como as Ocupações Estudantis no Brasil em 2015, comentadas, por exemplo, por Romancini e Castilho (2017) e Zaccarelli (2018), e outros que sinalizam maior polarização política entre esse segmento da população

(MACHADO, MISKOLCI, 2019), assim como efeitos negativos como a produção de intolerância e dogmatismo (MORAES, BAQUERO, 2018).

Entre os trabalhos identificados, há poucos estudos, porém, com relação especificamente ao caráter estético dessa politização. Tal recorte nos interessa, pois está em curso a politização do mundo contemporâneo cada vez mais mediada pelas imagens, já que estas preenchem os campos da cultura embrenhados pelo digital com cada vez mais força.

Ao discutir a imagem e as dimensões estéticas da política no mundo contemporâneo, Giselle Beiguelman (2021, p. 173) vai dizer que “é na imagem, e não a partir dela, que os embates se projetam socialmente. Na explosão de fotos, vídeos e muitos memes que desembocam rapidamente nas redes, a imagem se converte em um dos territórios de disputa mais importantes da atualidade”. Concordamos com a autora sobre esse papel central das imagens para se pensar regimes políticos que se estruturam na cultura visual contemporânea. Com isso, para além de se pensar sobre os fluxos comunicacionais por si só, é preciso levar em conta o significado das imagens e seu poder de persuadir, engajar e provocar afetos.

Alguns dos trabalhos localizados nesse sentido vão justamente no caminho das políticas de identidade. Exemplos são o trabalho de Kaseker, Gallassi e Ribeiro (2022), que analisa o papel central da comunicação para a decolonização da imagem do indígena no Brasil, partindo da perspectiva de sua autorrepresentação por meio de imagens e da construção de uma narrativa própria. O trabalho aponta que estereótipos com olhar eurocêntrico do indígena como sendo “atrasado, bárbaro, bom selvagem, exótico, genérico, aculturado, integrado, não humano, preguiçoso, sensual e invasor” (*ibidem*, p. 81) foram sendo construídos com base em narrativas verbais e visuais presentes em documentos históricos, pinturas e também na literatura. Já a virada decolonial, em que a identidade indígena é reconduzida a uma narrativa afirmativa, foi possível com a melhor articulação política a partir dos anos 1970, a formação de produtores audiovisuais a partir da década de 1990 e, ainda, o aparecimento de influenciadores digitais como Cristian Wariu, Célia Xakriabá e Tukumã Pataxó.

Outro exemplo de trabalhos relacionando imagem e políticas de identidade são os que centram seus esforços em compreender os novos feminismos. Mizrahi (2019) lida com fenômenos estéticos ligados ao feminismo negro no Brasil, particularmente nas ruas do Rio de Janeiro. Fala em uma estética

relacional dissidente, mostrando que o empoderamento das mulheres passa também pela aceitação de seus corpos e suas origens. Com recorte específico sobre os cabelos de mulheres negras, divididos em três categorias norteadoras (ambíguos, *black* e extensões *pop*), a autora mostra a dimensão performativa de raça, em que a estética é acionada como forma de se estar no mundo e também de marcar a diferença. Para ela, a aparência, que inclui não só os cabelos, mas também vestuários e todo tipo de ornamento, contribui para a “potência de transformabilidade da pessoa visível” (MIZRAHI, 2019, p. 481) e seu posicionamento no mundo.

Já o trabalho de Gomes (2019) aborda a estetização política do Carnaval em Belo Horizonte que, se por um lado é positiva para a visibilidade de determinadas identidades, por outro corre o risco de permanecer apenas no campo estético, em que a *performance* pode substituir a crítica emancipatória que encaminhariam alguma transformação estrutural de fato. Afirma também que a estetização política do Carnaval assume o risco de eliminar diferenças de classes, tão marcadas em nosso país. Para ele, é preciso levar em consideração que os fenômenos estéticos podem ser concebidos de formas diferentes, se considerado um sujeito de classe média ou de periferia, por exemplo. E, para além disso, assumir que a crença na potência da *performance* como ato político por si só não é agente transformador social, ainda que relevante do ponto de vista da formação das identidades.

Como podemos notar com os exemplos acima, é relevante o papel da imagem nas políticas de identidade brasileiras, principalmente no que diz respeito à marcação da diferença e à ocupação visual dos espaços físicos ou midiáticos, mas há pouco entrelaçamento com as mídias digitais — ainda que Kaseker, Gallassi e Ribeiro (2022) citem os influenciadores indígenas.

Faremos essa aproximação com base na visão de Das e Farber (2020) sobre a estetização de pessoas LGBTQIA+ em ambientes digitais. A escolha dessas identidades está ligada principalmente ao fato de a politização estética ser particularmente relevante para a comunidade, sendo parte intrínseca da maneira como os sujeitos que dela fazem parte são visibilizados. Em seguida, abordamos os dois exemplos escolhidos para análise: a *drag queen* Rita Von Hunty e a deputada federal negra e trans Erika Hilton.

Além do fato de serem bastante conhecidas e seguidas em redes sociais, as duas figuras são significativas para compreender o fenômeno no Brasil, pois no primeiro caso falamos de um homem branco cisgênero que, ao assumir

o papel de *drag*, permite-se transitar por entre gêneros e assumir uma identidade fictícia e estetizada, favorecendo a abordagem de temas politizados e que tocam em questões de gênero, raça, classe, etc.

Já Erika Hilton teve uma rápida ascensão política em São Paulo, chegando à Câmara dos Deputados em 2023. Sua estetização acontece após sua entrada na carreira legislativa e está ligada ao lugar da pessoa trans e à necessidade da visibilidade desses corpos. Isso tem a ver com sua presença física em espaços de poder, mas também com sua representatividade nas mídias como pessoa pública.

Ainda que partam de caminhos distintos, as duas figuras se aproximam justamente pelos espaços do digital a que recorrem para dar voz às suas pautas. A dinâmica do audiovisual das redes sociais digitais, a centralidade no sujeito que fala e o aceno a uma linguagem progressista compartilhada são pontos que as aproximam enquanto elemento de análise. Porém, nosso intuito não é tanto de compará-las, mas sim de elencar pontos constitutivos das duas identidades que, somados, possam contribuir para compreender a estetização política em torno da comunidade LGBTQIA+ em particular, e também, de forma mais generalizada, das identidades progressistas brasileiras no digital.

Antes disso, porém, iniciaremos a discussão com base em alguns apontamentos sobre a politização das imagens em ambientes digitais, lembrando fenômenos anteriores que nos ajudarão a pensar sobre mobilizações em redes de comunicação e a construção de identidades no mundo contemporâneo.

Estéticas políticas contemporâneas

Aiello e Parry (2015) discorrem a respeito da separação entre estética e política. Lembram que, para determinados autores, a imagem tem o poder de distrair, enquanto a fala direciona para a ação política significativa. Por outro lado, mostram o poder das redes digitais de comunicação para transformar o cenário político por meio de imagens. Falam, por exemplo, da sucessão de acontecimentos como a Primavera Árabe, os Indignados, na Espanha, o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, e outros movimentos do início dos anos 2010 que impulsionaram os debates acerca das imagens (principalmente fotos e vídeos que circularam com intensidade por plataformas de redes sociais). Ressaltam a importância dessas imagens para a mobilização política dos cidadãos envolvidos nas pautas que diziam respeito às políticas

de austeridade, crise política e econômica e um mal-estar generalizado em torno do atual estado do capitalismo avançado.

Em torno da mesma temática, este autor realizou alguns trabalhos que refletem acerca do papel das imagens nesses movimentos (SILVA, 2012, 2016a) e também das Jornadas de Junho de 2013, fenômeno brasileiro com muitas similaridades aos demais movimentos citados (SILVA, 2016b). Outro autor que trata do assunto é Marcon (2018), também interessado na dimensão política das ações estéticas dos protestos no Brasil, fundamentalmente no diz respeito ao uso das linguagens.

Um olhar reflexivo em torno desses fenômenos tidos como exemplos positivos do uso das tecnologias de comunicação, em que a mobilidade aparecia como uma novidade para aquele momento, demonstra que o caminhar do desenvolvimento tecnológico em consonância com a mobilização política não levou, como sabemos, a um ambiente necessariamente mais plural, igualitário e de maiores oportunidades para todos. Assistimos estarrecidos a sucessivas interferências tecnológicas no fluxo das eleições em diversos países, em que se destaca a influência da Cambridge Analytica na manipulação de dados em diversos pleitos eleitorais pelo mundo, sendo o caso de maior destaque o dos Estados Unidos, que envolveu a eleição de Donald Trump e o tratamento de dados dos usuários do Facebook. No Brasil, observamos uma polarização ascendente desde as eleições de 2014, sucedida pelo *impeachment* de Dilma Rousseff e, por fim, a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018.

Em meio a essa trajetória que, para o bem ou para o mal, politizou novamente a vida do cidadão comum, notamos a profusão de imagens que constroem com a palavra as narrativas pelas quais nos acostumamos a lidar. Principalmente nos anos do governo Bolsonaro, convivemos com estéticas voltadas ou para o apoio ao governo (em que imperava o gosto pelo tosco, pelo amadorismo e pela orquestração de eventos midiáticos). Do lado da oposição, verificamos a presença massiva de memes, a desconstrução da imagem do presidente por parte dos veículos de comunicação, imagens que expunham a má administração — com notável exploração durante os anos de pandemia e movimentos organizados de produção imagética de oposição — como a frente Design Ativista, do Mídia Ninja.

Outra vertente que ativa a política nas redes digitais de comunicação é a que está centrada na discussão sobre políticas de identidade, com uma quantidade expressiva de narrativas que requerem maior representatividade para

diversos grupos sociais. No campo progressista brasileiro, se destacam o movimento feminista e as comunidades negra, indígena e LGBTQIA+.

Com base nas considerações do trabalho de Stuart Hall, Kathryn Woodward (2014) afirma que a identidade é construída de acordo com duas perspectivas. Uma que se refere à *verdade* e à *unidade* de um passado compartilhado. Assim, as identidades apontadas são fruto de construções históricas produzidas por movimentos sociais que conseguiram, por meio de uma trajetória de luta e politização dos debates, denunciar as tecnologias de poder que produziram apagamentos sobre outros corpos que não o do homem branco cisgênero. No digital, entre os influenciadores que abordam pautas progressistas, nota-se a apropriação por parte de um conhecimento construído ao longo do tempo a respeito dessas identidades (com referências recorrentes a autores importantes para cada segmento).

A outra perspectiva fala do *tornar-se*, que apesar de considerar o passado, toma a identidade não como algo fixo, mas que está em transformação, fluida. Com isso, “aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade: eles seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas, herdadas de um suposto passado comum” (WOODWARD, 2014, p. 29). Essa ideia é mais próxima à compreensão de cultura oferecida por Bauman (1998, p. 168), que também a percebe como não fixa em uma estrutura fechada, mas *inquieta, insubordinada e rebelde*. No digital, vemos a construção das identidades apontadas com base nessa premissa, pois os valores e a noção de diferença (pertencer ou não a determinado elemento identitário) não é marcada por barreiras rígidas, mas por sobreposições e contaminações. A estetização das pautas contribui para esse processo, pois abre caminhos para a interpretação do que é possível e do que é permitido na construção dessas identidades.

Há uma produção consistente de conteúdos sobre as pautas identitárias no Brasil contemporâneo, com amplo uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs), principalmente em plataformas centradas no compartilhamento de imagens, tais como YouTube, Instagram e TikTok. A depender da identidade analisada, algumas características se sobressaem. Como veremos a seguir, no caso da comunidade LGBTQIA+, a estetização recai sobre a visibilidade dos corpos, o papel social dos sujeitos e a diversidade das narrativas.

Identidades LGBTQIA+ no digital

Quando se fala em representatividade de identidades, o digital pode funcionar tanto como elemento de resistência como também de reafirmação de instrumentos de opressão. O mesmo vale para a comunidade LGBTQIA+. O artigo de Das e Farber (2020) faz um mapeamento bastante diversificado de representatividades *queer*¹ em plataformas *online* nos Estados Unidos, buscando compreender como os indivíduos representam a si mesmos em espaços como *blogs*, páginas pessoais, *sites* de relacionamento e vídeos no YouTube. Os autores mostram que a utilização das plataformas pela comunidade *queer* colabora para combater o direcionamento da mídia convencional de representar o hétero como norma, enquanto os não heterossexuais aparecem de forma estereotipada e excludente. Contribuem ainda para quebrar a fronteira entre público e privado, deslocando a sexualidade *queer* do centro do interesse das representações midiáticas, possibilitando assim outras formas das pessoas se verem no mundo.

Apesar disso, o estudo aponta que há muitas limitações ao se observar a visibilidade *queer online*. Mostram que as representações podem carregar restrições e desvios ligados à norma dominante com relação a sexo, gênero, sexualidade, raça e classe. Narrativas contaminadas por valores neoliberais que atrelam a felicidade ao sucesso financeiro. Citam como exemplo *blogs* que, por serem mais individualistas, deixam por transparecer uma visão mais branca e ocidental. Outras limitações incluem a predominância de narrativas de sucesso (em vídeos no YouTube e em episódios de transformação corporal em pessoas trans que passam por tratamento hormonal), deixando de lado outras narrativas que fazem parte do cotidiano dessa comunidade. O trabalho indica ainda que “aqueles que desfrutam de posições de classe social mais privilegiadas são mais propensos a se beneficiar do tipo de visibilidade concedida pela mídia *queer online*” (DAS, FARBER, 2020, p. 9, *tradução do autor*).

Com essa perspectiva, relevante para considerarmos os filtros invisíveis a que estão sujeitas as pessoas da comunidade LGBTQIA+ no *online*, seguimos agora com a análise dos dois exemplos escolhidos.

Rita Von Hunty é uma *drag queen* criada por Guilherme Terreri Lima Pereira para o canal no YouTube que alavancou a personagem, o *Tempero Drag* (@TemperoDrag).

1 O termo é usado pelos autores de forma mais abrangente para se referir à sexualidades e a gêneros não normativos.

A *drag* adquiriu ampla visibilidade na mídia, principalmente por meio do canal criado em 2015, que conta com mais de um milhão de seguidores. Inicialmente voltado à culinária (pois Guilherme estava se envolvendo com a causa vegana na época), o programa foi aos poucos pautando outros temas relacionados a política, sociedade e questões de gênero. Já no TikTok (@rita_von_hunty), há uma série recente protagonizada por Rita chamada *15 intelectuais para vcs conhecerem*, que inclui nomes como Immanuel Kant, Karl Marx, Descartes e Jean-Jacques Rousseau.

Guilherme, por meio da persona de Rita, consegue produzir uma realocação da maneira como a figura da *drag queen* aparece na mídia brasileira. O termo *drag*, que vem do verbo inglês que significa arrastar, faz referência ao tempo que não era permitido às mulheres atuarem no teatro, como nas peças de Shakespeare. Os papéis femininos eram então feitos por homens, que ficavam muitas vezes *arrastando* os longos vestidos que usavam.

A mídia brasileira, que deu espaço a *drags* que se tornaram conhecidas nas últimas décadas, como Vera Verão (Jorge Lafond), Kaká Di Polly e Nanny People, contribuiu para sua maior visibilidade e aceitação em comparação às travestis. Como aponta Trevisan (2018, p. 236), as *drags* aparecem na TV brasileira nos anos 1990 por meio de um conceito ampliado do travestismo, que era então o mais recorrente do ponto de vista midiático. Sobre sua atuação, o autor vai dizer que “foi facilitada por englobar um comportamento lúdico e satírico semelhante ao das caricatas do Carnaval, o que as levou a transitar por áreas jamais imaginadas como as concorridas festas de socialites, shows beneficentes e colunas sociais da grande imprensa” (TREVISAN, 2018, p. 237). Mesmo assim, a figura da *drag* ficava ainda muito marcada no território do lúdico e do caricato, havendo pouco espaço para sua compreensão como artistas que lidam com a ilusão e a indefinição de gênero.

Isso tem mudado com a inserção de *drags* no campo da música, principalmente, nas figuras de Pablllo Vittar e Gloria Groove, talvez as duas mais conhecidas, e novos nomes como Lia Clark, Potyguara Bardo e Aretuza Lovi. Como coloca Cunha Filho,

[...] a presença midiática da cultura drag permite também uma maior aceitação de elementos e artefatos culturais da comunidade LGBTQIAP², movimentos historicamente

2 Aqui o autor inclui uma variante da sigla, incluindo a letra “P”, em referência a pessoas pansexuais. Outra variável inclui também a letra “N”, ligada a pessoas não binárias. Neste trabalho, optamos pela sigla LGBTQIA+, que vem sendo mais comumente utilizada em trabalhos acadêmicos recentes.

ligados. Essa familiaridade com a linguagem, com a corporeidade, e com itens desse universo permite uma entrada maior das *drag queens* no campo midiático (CUNHA FILHO, 2023, p. 19).



Figura 1. Rita Von Hunty (postagem do Instagram). Fonte: <https://www.instagram.com/p/CZfhNdsrZr3/?utm_source=ig_web_copy_link>.



Figura 2. Foto de ensaio para a marca Bruna Pepper. Fonte: <<http://universoretro.com.br/wp-content/uploads/2017/05/S8A8390-Editar-Editar-Editar-3a-e1495730319823.jpg>>.

Rita Von Hunty surge nesse novo cenário, em que os corpos *drags* vão ocupando espaços de visibilidade e poder, o que contribui para o reconhecimento da própria Rita, pois, por vezes, questões de gênero compõem seus assuntos. Do ponto de vista de apresentação, Rita tem inspiração no visual retrô dos anos 1950, localizando-se entre a figura de uma professora e de uma *pin-up*.

Na figura 2, vemos uma das fotos do ensaio de Rita para a marca de roupas retrô Bruna Pepper. O que parece inicialmente contraditório, quando se observa os conteúdos e autores abordados pela *drag* nos canais, revela-se como uma marca identitária também. A aparição em campanhas publicitárias continua sendo um lugar de privilégio, marcado por filtros que limitam a representação da diversidade. Adentrar esse espaço pode ser considerado, nesse sentido, uma atitude política. Serve como argumento também o *post* publicado pelo próprio Guilherme, em que ele explica que a marca tem preocupações ambientais, como a de uma linha ecológica em que, para cada metro de tecido produzido, são retiradas oito garrafas da natureza. (PEPPER, 2021). Além disso, quando falávamos da crise das metanarrativas, aparentes contradições ideológicas do passado são permeadas pela fluidez das identidades contemporâneas, fruto da época em que estamos. Assim, o flerte da influenciadora com o mercado de moda não afronta necessariamente a audiência, mais receptiva à sobreposição dos discursos.

Ao escolher uma personagem *drag* para versar sobre os temas que apresenta, Guilherme contribui para a reordenação na maneira como uma *drag* pode ser vista. Sua fala é bastante apurada, com o uso de várias referências e tratamento muito cuidadoso das pautas que trabalha. A incorporação da personagem também requer um jogo de cena, o que faz com que haja ali uma mistura do trabalho de ator e de intelectual (lembramos aqui que Guilherme tem formação acadêmica em artes cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e também em letras pela Universidade de São Paulo (USP), além de ser professor). Assim, temas complexos e contemporâneos são trabalhados também com humor. Exemplos são a inserção de imagens e sons que dão vida e leveza ao conteúdo apresentado, uso de gírias da comunidade *drag*, e chamar intelectuais por apelidos carinhosos, como Karl Marx, que se torna o *Seu Carlinhos*.

Essa reordenação da maneira de perceber o mundo encontra reflexos no que Jacques Rancière propõe ao se referir à *partilha do sensível*, quando há um embaralhamento de identidades no espaço público promovido pelas

artes que lidam com o sentido da comunidade. Para o autor, a política está no campo da experiência, do sentir, pois “ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo” (RANCIÈRE, 2009, p. 17).

Ao trazer a *drag*, não só por meio de uma visualidade, mas também da performatividade que a arte em torno dela requer, Rita provoca uma reordenação do campo do sentir, em que está colocada no centro a representação de uma figura até então considerada marginal do ponto de vista do(s) poder(es) vinculados aos corpos exibidos na mídia brasileira. Além disso, ao colocar-se no papel da *drag*, Guilherme torna menos nítido, do ponto de vista da fruição, o *lugar de fala* que qualquer sujeito exerce (RIBEIRO, 2019, p. 31), já que é um homem branco de classe média. Isso contribui para a quebra de possíveis resistências ligadas às marcações de identidade. O ator/professor localiza-se por meio desse espaço permitido pela arte *drag*, ou seja, fluido e sem definição clara de gêneros.

No vídeo *Cultura e Barbárie*, por exemplo, Rita discute a branquitude e a premiação do Oscar, mostrando como, ao longo da história, apenas duas mulheres não brancas receberam o prêmio de melhor atriz. A fluidez identitária aparece já no começo por meio de uma brincadeira. Uma voz de fundo diz: “Aí dona Rita! Como a senhora tá bonita hoje!”, ao que ela responde: “Bonita não, branca!” (HUNTY, 2023). É claramente uma menção à cor da própria Rita/Guilherme, mas também uma entrada para o que vai ser o tema principal. Mencionar a sua branquitude por meio de uma brincadeira é uma licença do influenciador possibilitada pela figura da *drag* e do humor irônico que permeia toda a narrativa que se segue. Abre espaço também para a fala por meio de um outro lugar, demarcado aqui de forma criativa.

A edição favorece bastante o ritmo do vídeo. Além de uma série de outros recursos, as atrizes negras mencionadas são inseridas visualmente ao longo da argumentação, assim como Cida Bento, autora de *O Pacto da Branquitude*, devidamente apresentada (figura 3). O protagonismo de mulheres negras é assim convidado para a narrativa, por meio tanto da menção visual quanto da linguagem própria do digital, em que memes são acionados para enfatizar alguns pontos da explicação, como no caso em que Rita reflete sobre quem são as pessoas com fluência em língua inglesa no Brasil (majoritariamente brancas de classe média alta).



Figura 3. Apresentação de Cida Bento no vídeo (print de tela).
Fonte: HUNTY (2023).

Lembramos agora de outro exemplo de iniciativa progressista com forte apoio sobre as imagens nas plataformas digitais. Trata-se de Erika Hilton. Negra e trans, ela foi eleita vereadora na cidade de São Paulo pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2020. Entre as pautas defendidas por ela estão a defesa dos Direitos Humanos, equidade racial, combate à discriminação contra a comunidade LGBTQIA+ e valorização das culturais jovens e periféricas. Em 2022, foi eleita deputada federal por São Paulo com 256 mil votos (BRAZ, 2022), o que lhe rendeu a nona maior votação no estado.

No Instagram da deputada (@hilton_erika), vemos o cuidado em se dar vida e cores à campanha de 2022 por meio da comunicação visual bem construída da imagem de Érika e com apoio de elementos de *design* gráfico, o que contribuiu para tornar a campanha leve, didática e também mais próxima do público jovem. Além disso, o perfil mostra a composição de um imaginário em torno de Erika, com fotos profissionais de alta qualidade como a do ensaio para o projeto *Feito Tatuagem*, do fotógrafo Sergio Santoian, com maquiagem de Louise Hélene (figura 4), e para a marca de roupas Paula Raia (figura 5):



Figura 4. Foto para o projeto *Feito Tatuagem*.
Fonte: <https://www.instagram.com/p/CSVNbmcbGS/?utm_source=ig_web_copy_link>.



Figura 5. Ensaio de Erika Hilton para a marca Paula Raia. Fonte: <https://www.instagram.com/p/ChM4ZxJge-F/?utm_source=ig_web_copy_link>.

Já como deputada, Erika faz questão de realizar postagens de vídeos em que circula pelos corredores do congresso nacional e ocupa a plenária para se expressar sobre as pautas que defende. A simbologia é significativa, pois refere-se à tomada de espaços de poder socialmente relevantes. Em suas colocações, a deputada faz com frequência o uso da primeira pessoa do plural, de forma a mencionar outras deputadas como ela eleitas em 2022. Além de Erika, foi eleita deputada federal Duda Salabert, do Partido Democrático Trabalhista (PDT-MG). Já nas assembleias legislativas, elegerem-se Linda Brasil (PSOL-SE) e Dani Balbi, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB-RJ). Um marco importante que demonstra uma significativa transformação por parte do eleitorado ao projetar o voto na defesa pela diversidade e a visibilidade de corpos marginalizados.

Na conta oficial do TikTok (@erikahiltonsp), Erika traz vídeos curtos, próprios da linguagem da plataforma, que podem ser divididos em alguns assuntos principais: trechos de entrevistas na mídia, participações *in loco* nas sessões do Congresso Nacional, anúncios de conquistas e avanços no legislativo, participações em protestos e manifestações públicas, comparecimento em eventos e, por fim, atuações como modelo em ensaios fotográficos e campanhas publicitárias. Nessa última categoria, Erika assume o lugar de personagens cheias de *glamour* e brilho, mostrando que o empoderamento e a visibilidade de uma pessoa trans passa também pela fantasia e pelo espetáculo. Aqui observamos a menção a algumas marcas no perfil da deputada, tais como Sephora (cosméticos e beleza) e a já citada Paula Raia.

A fusão de elementos que incluem o flerte com valores do mercado, a glamourização em torno de uma pessoa trans e a participação política pelo viés identitário são visíveis na postagem em que Erika exibe o *look* que vestiu para ir ao Prêmio Geração Glamour 2023, quando entregou a condecoração pela categoria Elas no Poder para a ministra dos povos indígenas Sônia Guajajara (figura 6). O vídeo é uma espécie de ensaio antes da entrada para o evento, com destaque para o vestuário da deputada. Ao fundo, ouvimos a batida do funk. E, na descrição, observamos a ampla equipe que participa da produção, com a menção a mais duas marcas, Paulo Teixeira (joias) e Dolce Gabbana (*look* completo).

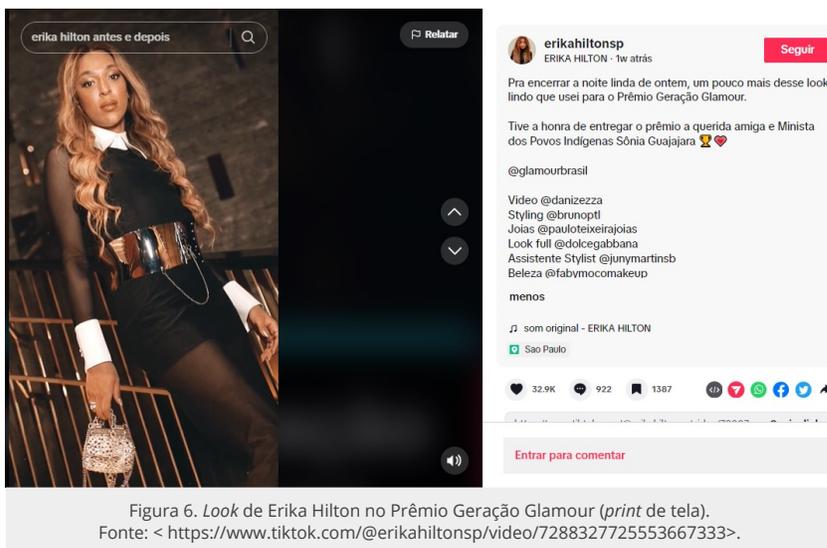


Figura 6. Look de Erika Hilton no Prêmio Geração Glamour (print de tela).
Fonte: < <https://www.tiktok.com/@erikahiltonsp/video/7288327725553667333>>.

Em um trecho de entrevista para o canal Pra Variar, também publicada no seu canal do TikTok, Erika comenta o fato de ter sido eleita a segunda melhor deputada pelo levantamento do Congresso em Foco em 2023. Ela faz uso de uma linguagem marcada pela identidade LGBTQIA+, utilizando expressões como *bafo*, e recorre à sua figura pública como um espaço representativo das pessoas trans no Brasil. Afirma que “fica feliz por essa perspectiva de transformação social e imagética que nós estamos construindo no Brasil a partir da ocupação desses lugares” (HILTON, 2023).

Se, por um lado, observamos a performatividade de Erika nas mídias como algo propositivo e intencional, por outro, notamos que a presença das deputadas trans no Congresso tem provocado reações por parte de uma direita reacionária e intolerante. Um caso emblemático, que envolve uma visão enviesada e reducionista da transexualidade, foi a atitude do deputado Nikolas Ferreira, do Partido Liberal (PL-MG) que, em 8 março de 2023 (Dia Internacional da Mulher), se pronunciou na Câmara dos Deputados usando uma peruca loira para dizer que as mulheres estão “perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres” (ESTADÃO, 2023).

A atitude do deputado federal mais bem votado nas eleições de 2022, com quase 1,5 milhão de votos, evidencia o embate polarizado que ainda permanece no país, que não diz respeito apenas ao cenário local, mas à própria

constituição das identidades, que tem se tornado central para pensar a construção da política (e de políticas) no mundo contemporâneo.

A fluidez e a sensação de liberdade para transitar por entre possibilidades de se entender no mundo têm tornado a identidade um fator cada vez mais essencial. Bauman, que via na liberdade de se escolher quem se quiser ser como um caminho a princípio positivo oferecido pela pós-modernidade, compreendia que esse momento ainda não havia sido alcançado, pois a proliferação de identidades gerava também a figura do *estranho*, compreendido como aquele que deve ser mantido para fora, distante. Lembrava também do elemento estético que permeava essa condição, como o efeito harmônico desejado entre aqueles que se sentem do mesmo grupo. Como coloca o autor:

Num pólo, a estranheza (e a diferença, em geral) continuará sendo edificada como a fonte da experiência agradável e da satisfação estética; no outro, como a aterradora corporificação da viscosidade desabridamente ascensional da condição humana, e como a efígie para toda a futura calcinação ritual dos horrores (BAUMAN, 1998, p. 47).

Assim, atacar verbal e esteticamente determinado grupo social, como fez o deputado do PL, indica a irritação por causa da quebra de harmonia (em seu modo de ver) de um espaço de poder, como é o Congresso Nacional, ainda majoritariamente composto de homens brancos. Vale mencionar também que a ideia de nacionalismo a que os grupos de extrema-direita se apoiam está centrado na estrutura de poder cultural, em que as demais identidades deveriam estar unificadas. A presença de um corpo viscoso³, que claramente pretende agir sobre o ambiente em que se apodera, aflige os olhos do conservador que se vê, de alguma forma, ameaçado.

Do outro lado, entende-se que a postura combativa de Erika, que se dá em sua fala, mas também da forma como se apresenta, é pensada propositalmente dessa maneira, como afirma a própria deputada em entrevista ao *Correio Braziliense*:

Eu acho que a minha estética visual, a forma como me visto, como falo, cabelos, atira o mundo da moda, para

3 Bauman utiliza a metáfora da viscosidade para se referir à ameaça do estranho. Ao entrar em contato com a viscosidade desse corpo, o outro a que ele se opõe não consegue mais se livrar dela, pois fica impregnado pela substância. Sente-se por ela invadido. Por consequência, “a viscosidade implica a perda de liberdade, ou o medo de que a liberdade esteja ameaçada e possa perder-se” (BAUMAN, 1998, p. 39).

que o mundo da moda me queira dentro desse universo e a partir da minha presença dentro desse universo eu fale de política, eu fale sobre projeto, eu fale sobre futuro, sobre sociedade (BRAZ, 2022).

Podemos então entender suas ações como uma estratégia para criar acessos a lugares de poder que incluem não só espaços oficiais, como o Congresso, mas também simbólicos, como o mundo das plataformas digitais, da moda e das capas de revista.

Assim, os dois exemplos aqui apontados demonstram que a estetização, articulada dentro de “um sistema conceitor, produtor e distribuidor de prazeres, de sensações, de encantamento” (LIPOVETSKY, SERROY, 2015, p. 43), é observada também na construção de identidades LGBTQIA+ no Brasil. Em alinhamento com a visão progressista sobre a importância da visibilidade de identidades oprimidas e periféricas, as imagens funcionam não apenas como elo de identificação e empatia, mas também como elemento educativo para a compreensão dessas pautas. Os exemplos das candidaturas a cargos políticos que conquistaram feitos históricos recentes seja talvez um dos indícios principais com relação a esse movimento.

Apesar dos avanços, é importante destacar que trazer as identidades para dentro do debate político é uma questão que vem sendo discutida há tempos. A expressão *política identitária* foi cunhada em 1977 pelo Coletivo Combahee River (CCR), formado por mulheres negras e lésbicas da cidade de Boston. O grupo entendia que a igualdade almejada pelas ideias socialistas não poderia ser alcançada se não se levasse em conta as particularidades que tornavam os indivíduos diferentes entre si, tais como gênero e raça.

Assim, a diferença passou a ser reconhecida como uma variável política significativa, sobrepondo-se a outras categorias mais abrangentes, como *classe*. Haider (2019) adiciona um elemento a mais nessa discussão ao implicar que categorias identitárias são abstrações que não dão conta de definir a complexidades de representações das quais fazem parte os indivíduos. Para o autor, “raça, gênero e classe nomeiam relações sociais inteiramente diferentes e [...] precisam ser explicadas em termos de histórias materiais específicas” (HAIDER, 2019, p. 36).

Pierucci (1999) lembra que, historicamente, a diferença sempre esteve ao lado dos indivíduos de orientação política de direita, que viam o outro como o diferente que precisa ser isolado. Ideias conservadoras prezam pela

manutenção do estado das coisas, o enraizamento e o medo de mudanças, enquanto a esquerda está ligada às noções de igualdade, próprias dos princípios defendidos pelo socialismo. Assim, trazer a diferença para dentro das pautas progressistas traz o desafio de criar proposições que contemplem tanto as particularidades das diversidades quanto o caráter comum de se viver em conjunto. Como coloca o autor, “para a esquerda não pode haver escolha entre a igualdade e a diferença, como escolha há e sempre houve para a direita. Se é para alguém de esquerda abraçar a diferença, que o faça sem abrir mão da igualdade” (PIERUCCI, 1999, p. 31).

Haider adiciona a essa problemática os valores próprios do neoliberalismo, que fomenta a individualização do sujeito por meio de práticas sociais disciplinares. E também pela compreensão de que ele é cada vez mais responsável por seu progresso e seu lugar no mundo. Torna-se, assim, o empreendedor de si (FOUCAULT, 2008). Ao demandarmos com base em nossas particularidades, estamos de certa maneira nos reconhecendo por meio das premissas do Estado neoliberal. Fazendo menção às ideias de Judith Butler, o autor vai dizer que é preciso “recusar o tipo de individualidade correspondente ao aparato disciplinar do Estado moderno” (BUTLER, 1997, p. 101, *apud* HAIDER, 2019, p. 35).

É este um dos desafios que observamos na projeção de visualidades em torno das identidades: que precisam incluir, e não separar. É um dos fenômenos mais claramente observáveis no cenário midiático digital contemporâneo, e que merece ser pensado e praticado com cuidado, a fim de não se cair em contradições, muitas das quais criadas por normativas predominantes liberais, nem sempre claramente observáveis.

Conclusões

A problemática em torno das representações imagéticas de identidades progressistas no Brasil contemporâneo não é em si nova, como muito bem aponta Trevisan (2018), mas ganha relevância juntamente com o crescimento de sua importância e da personificação por meio da exposição dos sujeitos em plataformas de mídias sociais.

Procuramos dar ênfase aqui a alguns elementos possíveis de serem analisados dentro de exemplos extraídos da comunidade LGBTQIA+, fazendo uso de autores que refletem sobre estética, política e mídias digitais. Observamos que a cultura visual é elemento significativo para a compreensão do fazer político no Brasil contemporâneo. No entanto, é importante levar em conta

aspectos do imaginário midiático brasileiro, no qual as imagens em torno das identidades circulam. A trajetória dos corpos que demandam lugares e de formas de ver e serem vistos encontra resistências muito marcadas por estereótipos que por muito tempo tiveram espaço na mídia brasileira.

Por meio de lugares de saída distintos, tanto Rita Von Hunty quanto Erika Hilton trazem para o debate político contemporâneo brasileiro a estetização do universo LGBTQIA+. Confluem em seus atos performativos elementos estéticos e uma linguagem politizada marcada por visões progressistas. Enquanto Rita usufrui da fluidez de gênero proporcionada pela personagem *drag*, Erika assume em seu discurso e na produção imagética em torno de si sua identidade de mulher negra trans. Assim fazendo, ambas contribuem para a diversidade em torno das pautas políticas no país. Apesar disso, observamos que a individualização, situada mais no sujeito empreendedor de si e menos na iniciativa coletiva descentralizada, é o que conduz a narrativa nos dois exemplos.

Como as identidades são construídas com base na diferença, como aponta Woodward (2014), a exaltação de determinados elementos estéticos ligados a elas acarreta reações também no mesmo nível significativo, de forma a negar ou ridicularizar os corpos que demandam atenção. É também sinal de insegurança e medo frente às mudanças recorrentes no mundo pós-moderno, o que tem gerado por todo o planeta uma onda de conservadorismo. Ainda assim, o esforço por atingir espaços do comum, partilhados por todos na comunidade, que Rancière (2009) entendia como a *partilha do sensível*, é valoroso, do ponto de vista da visibilidade dos sujeitos, e também por pensar outras formas de sentir e estar no mundo.

Os avanços na representação da diversidade, não só na política, mas também na cultura e na comunicação, demonstram que as tensões geradas pela estética dos corpos dissidentes têm contribuído para outras formas de enxergar o outro, tornando o *estranho*, na concepção de Bauman (1998), mais próximo.

Tarcísio Torres Silva é professor pesquisador na Pontifícia Universidade Católica de Campinas e no Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Arte, e pós-doutorando do Laboratório de Política, Comportamento e Mídia/PUC-SP (Labô). É doutor em artes visuais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estágio no departamento de Estudos Culturais na Goldsmiths College, na Universidade de Londres.

tarcisio.silva@puc-campinas.edu.br

Referências

AIELLO, G.; PARRY, K. "Aesthetics, Political", in Gianpietro Mazzoleni (Ed.), **International Encyclopedia of Political Communication**, v. I. Chichester, UK: Wiley-Blackwell, 2015. p. 11-16

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BEIGUELMAN, G. **Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera**. São Paulo: UBU, 2021.

BRAZ, M. Deputada eleita, Erika Hilton promete instaurar 'CPI do governo Bolsonaro'. **Correio Braziliense**, 13 nov. 2022. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2022/11/5051535-deputada-eleita-erika-hilton-promete-instaurar-cpi-do-governo-bolsonaro.html>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CUNHA FILHO, A. H. **Em algum local dessa tela: a performance da Rita Von Hunty e seu corpo infiltrado**. Orientador: Janaíne Sibelle Freires Aires. 2023. 113f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

DAS, S.; FARBER, R. User-generated online queer media and the politics of queer visibility. **Sociology Compass**; 14:e12824, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/soc4.12824>. Acesso em: 23 out. 2023.

ESTADÃO. Nikolas Ferreira põe peruca, diz que é deputada 'Nikole' e prega contra feminismo no dia da Mulher. São Paulo, 8 mar. 2023. **Twitter**: @Estadao. Disponível em: <<https://mobile.twitter.com/Estadao/status/1633565103441293318>>. Acesso em 15 mar. 2023.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. (1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOMES, D. F. L. Cultura e política: entre a potência da performance, os riscos da estetização e o esquecimento das diferenças de classe. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 1-13, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/16218>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

HAIDER, A. **Armadilha da identidade**. São Paulo: Veneta, 2019.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAN, B. **Do Enxame**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2018.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HILTON, E. Eu sou porque nós somos. **TikTok - Erika Hilton**, 16 out. 2023. Disponível em: <<https://www.tiktok.com/@erikahiltonsp/video/7290340691492883718>>. Acesso em: 17 out. 2023.

HUNTY, R. V. Cultura e barbárie. **Youtube - Tempero Drag**, 14 out. 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HZucsznHXBc>> Acesso em: 17 out. 2023.

KASEKER, M.; NAKAMURA GALLASSI, A.; RIBEIRO, L. F. Autorrepresentação indígena como política de identidades em luta. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 2, p. 63-86, 27 maio 2022.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A estetização do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

_____. **A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

MACHADO, J.; MISKOLCI, R. Das Jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, v. 9, p. 945-970, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>>. Acesso em: 23 out. 2023.

MARCON, F. Agências estetizadas, geração digital, ativismos e protestos no Brasil. **Ponto Urbe**. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 23, 2018. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/4539>>. Acesso em: 23 out. 2023.

MIZRAHI, M. As políticas dos cabelos negros, entre mulheres: estética, relacionalidade e dissidência no Rio de Janeiro. **Mana**, v. 25, p. 457-488, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-49442019v25n2p457>>. Acesso em: 23 out. 2023.

MORAIS, J. A.; BAQUERO, M. A internet e a (des) politização dos jovens brasileiros. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 25, p. 33-62, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.flcar.unesp.br/cadernos/article/view/11512>>. Acesso em: 23 out. 2023.

PEPPER, B. Rita Von Hunty com a linha Eco. São Paulo, 14 mai. 2021. **Facebook**: @bruna-pepperface. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=515521083145455>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

PIERUCCI, A. F. **Ciladas da diferença**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 1999.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2009.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

ROMANCINI, R.; CASTILHO, F. "Como ocupar uma escola? Pesquisa na Internet!": política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 40, p. 93-110, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-5844201726>. Acesso em: 23 out. 2023.

SILVA, T. T. **Ativismo digital e imagem: estratégias e engajamento e mobilização em rede**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016a.

SILVA, T. T. De volta à natureza selvagem: imagem e política nos protestos brasileiros de 2013. **Comunicação & Sociedade**, v. 38, n. 1, p. 75-98, 2016b.

SILVA, T. T. Imagens da Primavera Árabe: estética, política e mídias digitais. **Galáxia**, n. 23, p. 35-47, 2012.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução. *In*: SILVA, T. T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ZACCARELLI, C. T. **Ocupar, resistir e conquistar!**: as ocupações secundaristas de 2015 e possíveis efeitos de sentido. Orient. Eliane Righi de Andrade. Dissertação (Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte) - PUC-Campinas, Campinas, 2018.

Artigo recebido em 21/06/2023 e aprovado em 20/10/2023.